



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Site: www.sarandi.pr.gov.br

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230
Fone/Fax: (44) 3264-2777 / 3035-0800 - Sarandi - Paraná



PROJETO DE LEI Nº 1631/07

SÚMULA:- Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover Acordo Judicial nos autos de Ação Ordinária de Prestação de Obrigação de Fazer c/c Preceito Cominatório n.º 1.417/2.004, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovará e eu, Prefeito Municipal, sancionarei a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover Acordo Judicial, nos autos de Ação Ordinária de Prestação de Obrigação de Fazer c/c Preceito Cominatório n.º 1.417/2.004, em trâmite perante a Vara Cível da Comarca de Sarandi/Paraná, movidos pelo MUNICÍPIO DE SARANDI/PR em face de PLANOLLAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Art. 2º - Fica ainda autorizado o Município de Sarandi, a receber a área de 4.683,28 m² (quatro mil, seiscentos e oitenta e três metros e vinte e oito centímetros) devida para equipamentos urbanos e comunitários, praças e áreas verdes no loteamento denominado Jardim Nova Sarandi II, com todas as infra-estruturas legais, no futuro loteamento a ser implantado nos lotes de terras n.º 164 e 155 da Gleba Patrimônio Sarandi, deste Município.

Parágrafo Único- Em não sendo registrado o futuro loteamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Sarandi e outorgada a escritura pública da área acima devida no prazo de até 180 (cento e oitenta dias) a contar da data de homologação do acordo judicial, fica o Município de Sarandi, autorizado a receber o ressarcimento de tal área, em espécie, no montante de R\$ 163.914,80 (cento e sessenta e três mil, novecentos e quatorze reais e oitenta centavos), no prazo máximo de até 10 (dez) dias.

Art. 3º - Para objetivar a composição amigável, fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto de 30 % (trinta por cento) no valor orçado para a execução de obras de infra estrutura urbanas.

Art. 4º - Os recursos provenientes do acordo judicial, autorizado pela presente Lei, serão depositados em fundo público criado especialmente para estes recursos que serão aplicados integralmente em sistemas de drenagem de águas pluviais que atenda ao loteamento ou a região, e para aquisição de áreas públicas.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de dezembro de 2007.

APARECIDO FARIAS SPADA
Prefeito Municipal

